



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 1.462/2024

RUBRICA: FOLHA: 234

Comissão de Pregão II

Nova Friburgo, 15 de fevereiro de 2024.

À Secretaria Municipal de Saúde

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 242/2023

PROCESSO DE RECURSO: 242/2023

PROCESSO LICITATÓRIO: 15.980/2021

OBJETO: Contratação de empresa do ramo de Engenharia Clínica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva com utilização de mão de obra, com regime de dedicação exclusiva, tecnicamente qualificada pelos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, reposição de peças/materiais e de serviços especializados (os valores de peças serão ressarcidos de acordo com sua utilização e dentro do limite aprovado), conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos.

RECORRENTE: TECNOMED SERVICOS TECNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMEDICOS LTDA

RECORRIDO: BRASILTEC SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

Trata-se de **RECURSO** interposto pela empresa **TECNOMED SERVICOS TECNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMEDICOS LTDA.**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico n.º 242/2023**.

Comissão de Pregão II

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso.

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de tempestividade, legitimidade, sucumbência, motivação e interesse conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

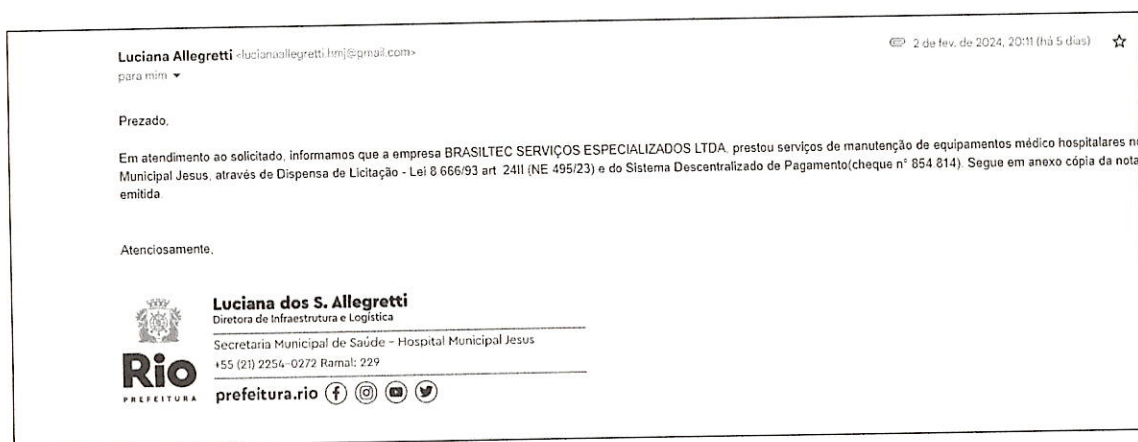
Suscintamente a recorrente, **TECNOMED SERVICOS TECNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMEDICOS LTDA**, relatou que a recorrida apresentou atestados de capacidade técnica que não atendem ao exigido no edital, alegando que a empresa não haveria prestado, aos órgão emissores, serviços de “engenharia clínica” e/ou “manutenção de equipamentos médicos”, somente de pequenos serviços que nada tem a ver com aquilo que está descrito no atestado. Além disso, teria apresentado atestados falsos, sem comprovação da veracidade da prestação dos serviços relacionados nos referidos documentos.

Por ocasião das alegações da recorrente, este Pregoeiro, fez diligência a empresa recorrida, e também aos órgãos emissores dos atestados, com o objetivo de obter elementos que pudessem confirmar a efetiva prestação dos serviços atestados nos documentos apresentados no Pregão 242/2023. Na resposta, foram apresentadas, pela empresa, 91 Notas Fiscais, 08 Ordens de Serviços, 04 Recibos de Devolução, 03 Relatório de Empenhos emitidos

Comissão de Pregão II

pelos órgãos, 03 Notas de Empenho e 02 Contratos de Prestação de Serviços. Dos 111 documentos listados, apenas 89 deles são referentes aos órgão, os quais foram apresentados atestados, as demais são referentes a prestação de serviços a outros órgãos e/ou não foi possível a identificação/correlação com as Notas de Empenho e/ou órgão contratante.

O Hospital Municipal Jesus, através da Diretora de Infraestrutura e Logística, Sr. Luciana dos S. Allegretti, apresentou resposta, também através de e-mail, devidamente assinado, onde a mesma informa o seguinte:



Os demais órgãos diligenciados, não responderam a solicitação, até a presente data.

Com o intuito de auditar os documentos enviados pela recorrida, todas as Notas Fiscais foram autenticadas no site do órgão emitente (<https://www.issnetonline.com.br/duquedecaxias/online/>), onde verificou-se que todas possuem o status de **"documento fiscal válido"**.

Comissão de Pregão II

Com base nos relatórios de Notas de Empenhos apresentados, foram realizadas consultas ao Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (<https://doweb.rio.rj.gov.br/>) das respectivas publicações dos contratos por Dispensa de Licitação (Art. 24, Inc. II da Lei 8.666/93), onde foram encontradas e juntadas aos autos, todas as publicações referentes aos empenhos relacionados

Foi realizada ainda consulta ao portal da transparência do Município do Rio de Janeiro, onde verificou-se que o Sr. Ricardo Antônio da Silva Pereira, signatário do atestado de capacidade técnica apresentado, do órgão, Hospital Maternidade Herculano Pinheiro, é servidor desde 30/04/1997, estando a época da emissão do documento (consulta ref. a janeiro de 2024) lotado ao referido hospital, sendo inclusive a autoridade responsável por todas as publicações retiradas no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, conforme documentos acostados aos autos.

Com efeito, os documentos acostados pela recorrida se constituem em comprovantes de despesa e, portanto, se prestam a atestar a execução dos serviços, pela BRASILTEC SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Trata-se, na grande maioria, de relatórios de Notas de Empenho dos órgãos atestantes e Notas Fiscais Eletrônicas com valor probante.

1. DAS COMPROVAÇÕES VERIFICADAS:

a. HOSPITAL MUNICIPAL JESUS

i. Período Informado no Atestado: **JUNHO/2023 A DEZEMBRO/2023**

ii. Valor total Informado no Atestado:

➤ 2023: **R\$ 82.500,00 (oitenta e dois mil e quinhentos reais)**

iii. Período comprovado através dos documentos enviados: **JUNHO/2023 A DEZEMBRO/2023**

Comissão de Pregão II

iv. Total do período comprovado subitem 22.1.2.2: **07 (SETE) MESES**

v. Valor comprovado através dos documentos enviados subitem 22.1.2.3:

➤ 2023: R\$ 52.080,00 (cinquenta e dois mil e oitenta reais)

vi. Equipamentos componentes da parcela de maior relevância especificada: **ATENDE**

b. HOSPITAL MATERNIDADE HERCULANO PINHEIRO

i. Período Informado no Atestado: **JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2023**

ii. Valor total Informado no Atestado:

➤ 2021: R\$ 94.767 (noventa e quatro mil setecentos e sessenta e sete reais)

➤ 2022: R\$ R\$ 178.362,00 (cento setenta e oito mil, trezentos e sessenta e dois reais)

➤ 2023: R\$ 169.634,00 (cento sessenta e nove mil, seiscentos e trinta e quatro reais)

iii. Período comprovado através dos documentos enviados: **MAIO/2021 A DEZEMBRO/2023**

iv. Total do período comprovado subitem 22.1.2.2: **32 (TRINTA E DOIS) MESES**

v. Valor comprovado através dos documentos enviados subitem 22.1.2.3:

➤ 2021: R\$ 89.717,00 (oitenta e nove mil, setecentos e dezessete mil reais)

➤ 2022: R\$ R\$ 127.882,00 (cento e vinte e sete mil, oitocentos e oitenta e dois reais)

➤ 2023: R\$ 169.094,00 (cento e sessenta e nove mil, e noventa e quatro reais)

vi. Equipamentos componentes da parcela de maior relevância especificada: **ATENDE**

c. HOSPITAL DO CORAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS - HCOR

i. Período Informado no Atestado: **JANEIRO/2021 A DEZEMBRO/2023**

ii. Valor total Informado no Atestado:

- 2021: **R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)**
- 2022: **R\$ 86.500,00 (oitenta e seis mil e quinhentos reais)**
- 2023: **R\$ 91.500,00 (noventa e um mil e quinhentos reais)**

iii. Período comprovado através dos documentos enviados: **JULHO/2021 A DEZEMBRO/2023**

iv. Total do período comprovado subitem 22.1.2.2: **30 (TRINTA) MESES**

v. Valor comprovado através dos documentos enviados subitem 22.1.2.3:

- 2021: **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**
- 2022: **R\$ R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)**
- 2023: **R\$ 53.600,00 (cinquenta e três mil e seiscentos reais)**

vi. Equipamentos componentes da parcela de maior relevância especificada: **ATENDE**

Dito isso, as evidências extraídas dos autos conduzem à conclusão de que, com efeito, os atestados apresentados pela empresa BRASILTEC SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, espelham a realidade, s.m.j. afastando as alegações quanto a falsidade dos mesmos, apesar da conter divergência em algumas informações, sobretudo quanto ao valor da contratação atestado, e o período de início dos serviços extraído das análises das Notas Fiscais, as quais foram possíveis a correlação com os órgão tomadores dos serviços.

Por todo o exposto, considerando o objeto da licitação, qual seja, ***“contratação de empresa do ramo de engenharia clínica para prestação de serviços de manutenção***



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 1.462/2024

RUBRICA:  FOLHA: 280

Comissão de Pregão II

corretiva e preventiva com utilização de mão de obra, com regime de dedicação exclusiva, tecnicamente qualificada pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, reposição de peças/materiais e de serviços especializados", encaminho o presente processo, na forma que dispõe o item 29.5 do edital do Pregão Eletrônico nº 242/2023, para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, não obstante as informações que constam nos atestados de capacidade técnica, se os serviços efetivamente prestados, relacionados nos documentos apresentados em sede de recurso, atendem ao objeto pretendido e se de fato atestam a qualificação técnica da empresa recorrida, almejada para a presente licitação.

Após, solicito que os autos sejam encaminhados à Procuradoria Geral do Município para análise os aspectos jurídicos recorridos a fim de subsidiar a decisão ante ao recurso interposto.

Atenciosamente,


JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro - Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E**

Gestão de Processos, Contratos e Convênios

Proc. 1462/2024

Nº Proc. 1462/24
Rubrica Y Folha 251

DESPACHO

O presente processo administrativo versa sobre recurso interposto pela empresa TECNOMED SERVICOS TECNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMEDICOS LTDA, referente a contratação de empresa do ramo de Engenharia Clínica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva com utilização de mão de obra.

Em atenção ao solicitado pelo Ilmo. Pregoeiro às fls.279/280, encaminhamos os autos à Subsecretaria de Atenção Hospitalar, a/c do Sr. Leslie da Conceição Moura, para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto, no que se refere ao atestado de capacidade técnica, se os serviços efetivamente prestados, relacionados nos documentos apresentados em sede de recurso, atendem ao objeto pretendido e se de fato atestam qualidade técnica da empresa recorrida.

Nova Friburgo/RJ, 20 de fevereiro de 2024.

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Matrícula 063.344

Nova Friburgo, 21 de fevereiro de 2024.

MEMO SAH N° 012/2024

À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Assunto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Engenharia Clínica.
Processo nº 1462-2024

Conforme reunião realizada com o Excelentíssimo Secretário Municipal de Saúde, encaminhamos o presente feito ao Gabinete desta Secretaria de Saúde, conforme solicitado pelo mesmo para ciência e apreciação dos fatos apresentados.

Atenciosamente;


Leslie C. Moura
Sub. Atenção Hospitalar
Mat. 207.520



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E**

Nº Proc. 1462/24
Rubrica 00 Folha 283

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Processo nº.: 1462/2024

Assunto: Recurso

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa TECNOMED SERVICOS TECNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMEDICOS LTDA., com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, **tempestivamente**, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 242/2023.

Preliminares analisadas pelo Pregoeiro em sua resposta de fls. 274 a 280.

Em suma a Recorrente TECNOMED SERVICOS TECNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMEDICOS LTDA, relatou que a recorrida apresentou atestados de capacidade técnica que não atendem ao exigido no edital, alegando que a empresa não haveria prestado, aos órgão emitentes, serviços de "engenharia clínica" e/ou "manutenção de equipamentos médicos", somente de pequenos serviços que nada tem a ver com aquilo que está descrito no atestado. Além disso, teria apresentado atestados falsos, sem comprovação da veracidade da prestação dos serviços relacionados nos referidos documentos.

O pregoeiro fez todas as diligências necessárias para a verificação das informações fornecidas pela empresa vencedora do certame e contestadas pela Empresa Recorrente, como é possível verificar em todas as informações juntadas de fls. até 11 até 273.

E em sua resposta, o pregoeiro, consolidou as informações onde verifica que os atestados e, ainda, somando com as informações obtidas através da diligência, a empresa atenderia a qualificação técnica conforme foi solicitado pelo Edital da Licitação.

A despeito de não termos profissional capacitado em Engenharia Clínica e por isso ser necessário a contratação de uma empresa especializada para a prestação do serviço, é notório que, compulsando as notas fiscais, o Recorrido prestou serviços de reparos de equipamentos presente no patrimônio desta Secretaria de Saúde.

O Edital da Licitação prevê o seguinte:



"22.1.2.3 Para a comprovação do quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) compatível com a complexidade técnica e operacional do objeto, os atestados deverão prever a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos médico hospitalares, com a parcela de maior relevância composta de: Aparelho de Raio X Arco C Aparelho de Raio X Fixo e Móvel Aparelho de Anestesia Focos Cirúrgicos Aparelhos Endoscópios Aparelho de Videocirurgia Aparelho de Ultrassom Respiradores Pulmonares Monitores - Camas Cirúrgicas."

Desta feita, temos os equipamentos que são considerados de maior relevância e devem estar previstos no atestado de capacidade técnica, com isso, compulsando os autos, temos notas fiscais apresentando o conserto dos seguintes aparelhos, das quais selecionamos algumas:

Nº Proc. 14621/24
Rubrica O Folha 284

- Raio X Digital – Notas Fiscais de fls: 50.
- Arco C – Notas Fiscais de fls: 92, 270.
- Aparelho de Raio X Fixo e Móvel – Notas Fiscais de fls: 82, 92, 94, 272.
- Focos Cirúrgicos – Notas Fiscais de fls: 161, 213.
- Aparelhos Endoscópios – Notas Fiscais de fls: 52, 54.
- Aparelho de Ultrassom – Notas Fiscais de fls: 215, 225.
- Respiradores Pulmonares – Notas Fiscais de fls: 84.
- Monitores – Notas Fiscais de fls: 58, 163.
- Camas Cirúrgicas – Notas Fiscais de fls: 165.

Em relação ao Aparelho de Anestesia, foi encontrada uma solicitação de conserto por parte do Órgão Público, em fls. 61, e um orçamento assinado em fls. 64, não havendo nota fiscal do serviço.

Em relação ao Aparelho de Videocirurgia, não encontramos nenhum registro de serviço realizado pela empresa.

Ainda que se possa falar que não cumpriu-se a totalidade do requerido, temos que ressaltar que nas notas fiscais obtidas na diligência do Pregoeiro são registrados outros equipamentos que temos em nosso parque, como por exemplo:

- Consultórios odontológicos, estufas e microscópio de bancada – nota de fls. 50.
- Camas Hospitalares Elétricas – nota de fls. 161.
- Aspiradores Cirúrgicos – nota de fls. 167.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**SECRETARIA
DE SAÚDE**

- Bisturi Elétrico – nota de fls. 171.
- Cardioversor – nota de fls. 175.
- Centrífuga – nota de fls. 189.
- Central de Ar Comprimido – nota de fls. 217 e 219.
- Bomba de vácuo – nota de fls. 223.
- Incubadora – nota de fls. 254.

Nº Proc. 1462124
Rubrica Q Folha 285


Desta forma, apesar de não constar os dois itens, fica claro que não seria razoável inabilitar a empresa por conta desses itens, visto que, ainda que a empresa não os repare, é possível que seja feita a terceirização do serviço, conforme previsto no termo de referência.

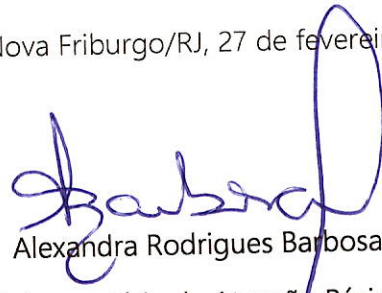
Portanto, não há como inabilitar a empresa BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. por incapacidade técnica visto que está comprovado além do solicitado pela Administração.


E, quanto a suposta falsidade dos atestados, as notas de empenho e fiscais e ainda as publicações do diário oficial juntadas aos autos são suficientes por si só para comprovar que todos os serviços ditos foram de fato prestados, não merecendo prosperar esta alegação.


Por fim, encaminhamos os autos a Procuradoria-Geral para pronunciamento quanto à Legalidade.

Nova Friburgo/RJ, 27 de fevereiro de 2024.


Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula 063.454


Alexandra Rodrigues Barbosa
Subsecretária de Atenção Básica
Matrícula 299.038


Leslie C. Moura
Subsecretário de Atenção Hospitalar
Matrícula 207.520


Alícia Siqueira Emerich
Subsecretária de Vigilância em Saúde
Matrícula 063.219



Processo Administrativo nº: 001462/2022

Requerente: TECNOMED Serviços Técnicos de Equipamentos Biomédicos LTDA

Assunto: Recurso - Edital de Licitação

I – RELATÓRIO

1462
28 02 24
286 Felipe

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 242 de 2023 - Processo Licitatório n. 15980/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa do ramo de engenharia clínica para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva com utilização de mão de obra, com regime de dedicação exclusiva, tecnicamente qualificada pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, reposição de peças/materiais e de serviços especializados.

Contra a decisão de habilitação da empresa BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, a recorrente apresentou irresignação aduzindo, em síntese irregularidades na análise dos atestados de capacidade, em especial falsidade documental e conluio com os demais participantes do certame.

É o relatório do estritamente necessário. Passa-se à devida análise.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;**
- b) julgamento das propostas;**



Processo 1462
DATA 28 02 24
Folhas 287 Rubrica Felipe

- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- (...)

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”;



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO

DATA

28

01

24

Folha nº

288

Assinatura

Delipio

Como se pode ver, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 24.8 do edital assim dispõe:

“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, que decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria-Geral do Município”.

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por

Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro
Telefone: (22) 2525-9100 – www.pmnf.rj.gov.br

Carlos Eduardo V. N. Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 53347



comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.

§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é **também inconteste que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro**”.

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.



Dito isso, observa-se que a irresignação do recorrente volta-se na análise documental que deu azo a habilitação da BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. Em diversas oportunidades a empresa recorrente aduz certas ilegalidades, contudo, sem a efetiva comprovação de suas alegações.

Inclusive, **há alegação de falsidade dos atestados apresentados e do conluio familiar entre empresas participantes do certame, contudo, sem a efetiva comprovação documental da falsidade ou do conluio alegado.**

O fato de familiares serem supostamente empresários do mesmo ramo não induz, por si só, que tenha havido conluio entre estes para fins de qualquer ato fraudulento, em especial diante do fato de que as propostas se revelarem condizentes com o valor da licitação.

Como é de conhecimento geral, **o fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente**, conforme o seguinte brocardo jurídico: “*allegatio et non probatio, quasi non allegatio*”.

Logo, muito embora o recorrente faça diversas alegações, não apresenta qualquer elemento probatório que permita à Administração Pública acatar tal pleito, em especial quando as alegações aduzidas pelo recorrente são prontamente combatidas pelo recorrido, de maneira mais pontual e lógica.

Entrementes, com o desiderato de melhor subsidiar sua decisão, a Comissão de Pregão realizou diligências junto aos órgãos públicos onde houve prestação de serviço pela parte recorrida, sendo apresentadas 91 notas fiscais, 08 ordens de serviços, 04 recibos de devolução, 03 relatórios de empenhos emitidos pelos órgãos, 03 notas de empenho e 02 contratos de prestação de serviços, o que comprova a efetiva prestação do serviço objeto da licitação pela empresa recorrida.

Ademais, **tendo em vista que boa parte deste acervo documental anexado aos autos pela Comissão de Pregão tratar-se de documentos públicos, militam em seu favor**



a **presunção de legalidade e legitimidade**, presunção esta que se afasta somente com provas robustas em sentido contrário.

Por derradeiro, inexistindo prova cabal das ilegalidades ou equívocos na documentação que deu azo a habilitação da empresa BRASILTEC SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA., entendo que não assiste razão ao recorrente.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pela remessa dos autos à **Secretaria Municipal de Saúde** para ciência e continuidade, com a adoção das providências que entender cabíveis.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Nova Friburgo, 28 de fevereiro de 2024.

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga
Subprocurador de Processos Administrativos
Matrícula: 63.347

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula 63347